



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA OBRAS DE ENGENHARIA, PARA AMPLIAÇÃO DO CAIC – C.E. CACILDO ROMAGNANI 2025, localizado na Rua Emanuel José Rebello, nº 60, Bairro Cidade Nova, Itajaí/SC.

INTRODUÇÃO

Este estudo foi elaborado conforme § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

No presente estudo, serão analisados exclusivamente os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando que a situação em questão caracteriza uma contratação semi-integrada de serviços, por licitação, dada a complexidade na execução dos serviços, levando-se em consideração que para esta contratação se faz necessário a existência de projeto básico anexo a este processo pela administração para prosseguimento do processo da licitação.

PORQUE CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA

- Há definição clara do objeto (ampliação de ~883 m²);
- A Administração conhece a solução pretendida;
- A obra é ampliação de edificação existente;
- Há possibilidade de otimização técnica pelo contratado;
- Não há necessidade de liberdade total de concepção.

Base legal: Art. 46, inciso IV – Lei nº 14.133/2021

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A adoção do regime de contratação semi-integrada para a ampliação do Centro Educacional justifica-se pela necessidade de compatibilização integral entre projeto e execução, considerando a intervenção em edificação existente, a

complexidade de integração entre sistemas estruturais, elétricos, hidrossanitários e de acessibilidade, bem como a necessidade de manutenção das atividades escolares durante a execução da obra.

O regime tradicional de empreitada, com projeto previamente definido pela Administração, elevaria o risco de incompatibilidades técnicas, retrabalhos, paralisações e aditivos contratuais, contrariando os princípios da eficiência, economicidade e do interesse público, conforme art. 46 da Lei nº 14.133/2021

Diante desse cenário crítico, tornou-se indispensável a contratação semi-integrada dos serviços necessários para ampliação da unidade escolar e consequentemente criação de novas vagas demandadas e também maior economicidade, qualidade e segurança da edificação.

2 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A área de intervenção é de execução de 883 m² de construção geral, contemplando áreas cobertas e não cobertas.

3 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa preliminar é que seja necessário o investimento de cerca de R\$ 1.957.840,28 (um milhão e novecentos e cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta reais e vinte e oito centavos). A justificativa pela estimativa de preços se dá pela metodologia de referências de preço utilizadas como SINAPI, SBC, SICRO, etc. Todas encontradas na planilha orçamentária anexa ao processo. A mesma buscando as referências de valores não desoneradas com data-base dos índices: SINAPI - 09/2025 - Santa Catarina / SBC - 10/2025 - Santa Catarina / SICRO3 - 07/2025 - Santa Catarina / ORSE - 08/2025 - Sergipe / SEINFRA - 028 – Ceará.

4 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

No presente caso, a contratação para a execução da obra deverá ser licitada como objeto não divisível, pois o objeto é uno, devendo ser realizado em um único item/serviço. Do contrário, a contratação seria fracionada com mais de uma

contratada, podendo resultar em incompatibilidade de execução do cronograma da obra, causando retardamento de sua conclusão, não sendo tecnicamente, administrativamente e economicamente, recomendado o parcelamento de nenhum dos serviços a serem contratados.

As duas etapas distintas que poderiam ser divididas para contratação, seriam a de elaboração dos projetos e a de execução da obra, no entanto, muito embora sejam fases distintas, a divisão não é recomendada pela interdependência técnica dessas duas etapas.

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia para a construção da unidade escolar, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isso, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que os serviços são inter-relacionados e o objeto terá melhor gestão e execução sem nenhum parcelamento dos serviços.

Ainda neste condão, e para reforçar a justificativa do não parcelamento, será permitida a participação de empresas em consórcio, onde é designada uma empresa líder para realização das tratativas, não havendo argumentos para eventuais tentativas de fuga de responsabilidades.

5 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A ampliação de edificação escolar existente envolve incertezas técnicas relacionadas à compatibilização estrutural e de instalações, bem como a necessidade de atendimento a normas atualizadas de desempenho, acessibilidade e segurança.

Nessa condição, o regime de contratação semi-integrado mostra-se mais adequado que a empreitada por preço global, pois permite ao contratado desenvolver o projeto executivo a partir do projeto básico, ajustando a solução técnica às condições reais encontradas e incorporando inovações que resultem em melhoria de desempenho, redução de prazos e mitigação de riscos de aditivos contratuais, em consonância com o art. 46, §5º, da Lei nº 14.133/2021. Alguns outros itens técnicos que também justificam a contratação semi-integrada:

- Intervenção em edificação existente;
- Riscos técnicos ocultos;
- Necessidade de compatibilização;
- Potencial real de inovação;
- Para ampliações escolares, o **semi-integrado tende a ser mais seguro e eficiente** do que a empreitada por preço global.

A constatação que foi realizada “in loco” também evidencia que a contratação para a ampliação do Centro Educacional Cacildo Romagnani é imprescindível e deve ocorrer com a maior brevidade possível. Trata-se de uma unidade escolar que está situada em uma região do município de Itajaí que possui grande necessidade de vagas de ensino principalmente fundamental o que determina tal objetivo. Em toda rede municipal, mas principalmente em bairros como Cidade Nova, existe a possibilidade reprimida de novas vagas escolares.

Diante do exposto houve então a necessidade de viabilizar a contratação de empresa para execução dos serviços necessários.

6 Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE TÉCNICO
<hr/> João Carlos Bittencourt Matrícula: 2692101	<hr/> Engº Antônio Valter Miranda Matrícula: 1770104

7 Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Trata-se de projeto especial de engenharia, com projeto básico desenvolvido pelo município, e em cuja contratação é semi-integrada. A contratada ficará responsável pela elaboração de todos projetos executivos, dimensionamento dos projetos complementares (estrutural, elétrico, etc), ficando também responsável pela aprovação do projeto junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Município de Itajaí, bem como aprovação do projeto preventivo contra incêndio no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina. Fica ainda de responsabilidade da contratada a execução total da obra e a obtenção do habite-se, junto ao Corpo de Bombeiros e junto ao Município de Itajaí.

A Administração Pública não possui em seu quadro de servidores profissionais habilitados, em quantitativo suficiente, para realização dos projetos e execução da obra, de modo que para suprir tal necessidade, somada as demais justificativas deste Estudo Técnico Preliminar, tornase imprescindível a contratação de empresa de engenharia, no regime semi-integrada.

Dessa forma, após vistorias de campo e o planejamento consignado neste estudo técnico, a contratação semi-integrada por meio da modalidade Concorrência Eletrônica se mostra a opção mais vantajosa para a Administração Pública.

A contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Itajaí/SC, 14 de janeiro de 2026.

Michéle Rigueira da Silva
Secretária Municipal de Educação